

ATA DA CENTÉSIMA QUADRIGÉSIMA TERCEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia doze de setembro de dois mil e seis, na sala de Reunião quatrocentos e vinte e cinco, no Anexo II do Ministério da Justiça, deu-se início a 143º Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Estiveram presentes: Carmen de Oliveira, Secretária Especial dos Direitos Humanos; Ivanildo Tarjra Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; José Eduardo de Andrade, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Napoleão Alvarenga, Ministério da Cultura; Leandro da Costa Fialho, Ministério da Educação; Ricardo do Nascimento de Avelar Fonseca, Ministério do Esporte; Rogério Baptista Teixeira Fernandes, Ministério da Fazenda; Márcia Maria A. C. Ramos, Ministério das Relações Exteriores; Deuzinéa da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego; José Eduardo Romão, Ministério da Justiça; Júlia Galiza de Oliveira, Ministério da Justiça; Thereza de Lamare, Ministério da Saúde; Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Vera Regina Rodrigues, Ministério da Educação; Antonio Pereira da Silva, Confederação dos Trabalhadores; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Elizabete Borgianni, Conselho Federal de Serviço Social; Patrícia Campos, Associação Nacional do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Helder Delena, Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança; Joisiane Santos de Oliveira Gamba, Movimento Nacional dos Direitos Humanos; Lody Uptmoor Pauly, Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente; Maria da Graças Fonseca (Marilene), Conferência Nacional dos Bispos; Maria Marília Tonin, Ordem dos Advogados do Brasil; Miriam Maria José dos Santos, Inspetoria São João Bosco; Fábio Feitosa da Silva, União Brasileira de Educação e Ensino; Silvana Galina, Presidente do FONACRID. Conselheiros da Sociedade Civil, suplentes: Maria Isabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores; José Ricardo Calza Caporal, Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Alda Elizabeth Bolher Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de Pediatria; Marilene Pedrosa Leite, Federação Nacional das APAES/ DF; Maria Luiza Moura Oliveira, Conselho Federal de Psicologia; Vera Rodrigues, Suplente do Ministério da Educação. Convidados: Sérgio de Fátima Martins Gomes, Ministério da Fazenda; Dr. Miguel Velásquez, Ministério Público do Rio Grande do Sul; Maurício Vian, Consultor. **I – Abertura dos Trabalhos:** O Senhor Presidente fez a Abertura da Assembléia cumprimentando a todos e em seguida solicitou que a pauta fosse analisada, objetivando algum ajuste na PROGRAMAÇÃO. A Sr^a. **CARMEN DE OLIVEIRA** se manifestou dizendo que gostaria de incluir um Informe sobre a recomposição do SPDCA na Plenária do CONANDA, bem como a vacância da Vice-Presidência. O Senhor Presidente submeteu ao Colegiado se esse ajuste poderia ser feito na pauta. O Colegiado sugeriu que os Informes fossem feitos logo no início. **II- Informes:** 1) O Senhor Presidente informou que no dia treze de setembro de dois mil e seis às catorze horas não poderá estar no início dos trabalhos da Plenária, pois recebeu um convite Dos Conselhos de Direitos das Capitais que estarão realizando uma Teleconferência e o convidaram para fazer a Abertura. 2) A Conselheira **CARMEM S. DE OLIVEIRA**, secretária Especial dos Direitos Humanos, informou sobre o afastamento do Sr. **AMARILDO BAESSO** do SPDCA e Vice Presidente do CONANDA, ela expôs os motivos da saída para os participantes da Assembléia. A Sr^a **CARMEN S. DE OLIVEIRA** assume a Titularidade da Representação da Secretaria Especial dos Direitos

Humanso e a Sr^a **EDNA LÚCIA GOMES** assume a Suplência. O Sr. **PAULO MARQUES** permanece na Secretaria Executiva, embora nos próximos dois meses fique afastado devido ao doutorado que fará no exterior. Em entendimento com o Ministro e na Reunião de Representantes Governamentais, houve o entendimento de que uma vez vaga a Vice Presidência, esta é uma vaga Institucional e não pessoal, ou seja, é uma Representação do Governo, então a Secretaria de Direitos Humanos deve ocupar a Vice Presidência e a indicação para ocupar esta Vice Presidência foi da Sr^a **CARMEN S. DE OLIVEIRA**. Após estes informes a Sr^a.**CARMEN** submeteu a apreciação do Colegiado. O Conselheiro **HELDER** perguntou quem assumiria no lugar do **AMARILDO** na Coordenação da Comissão do Comitê Gestor. Ela respondeu que no momento seria ela, não oficialmente, mas estão vendo a disponibilidade de se contratar um novo técnico ou técnica para assumir esta função. O Presidente deu as boas vindas a Sr^a **CARMEN**, titular do CONANDA, Coordenadora da Comissão de Orçamentos e Finanças e Vice Presidente do Conselho. O Presidente solicitou para registrar em ata o agradecimento em nome do CONANDA a Contribuição que o Sr **AMARILDO** deu a Equipe enquanto fazia parte deste Conselho e sugeriu ainda, que fosse enviado uma mensagem de agradecimento em nome do Conselho. O Presidente convidou o Dr. **Miguel Velásquez** para a exposição do tema relacionado ao Fundo Nacional da Infância e do Adolescente. Na exposição o Dr. Velásquez, colocou que participou do Congresso Estadual do Ministério Público, cujo tema foi: “Responsabilidade Social”. No Congresso houve a oportunidade de ouvir os Empresários e os Órgãos Governamentais sobre a Responsabilidade Social. Os Empresários têm conhecimentos dos problemas sociais e da necessidade de Investimento na Área da Infância e da Juventude. Quando se fala de um projeto na Classe Empresarial, eles primeiro, querem conhecer o Projeto, ver a viabilidade, se vai ser efetivo e que benefício trará para a sua empresa. O palestrante foi bem categórico ao afirmar que doação é um ato de liberalidade, não há como impor. Os Conselhos devem traçar bem suas Política Pública na área da Infância e da Juventude. Deve haver transparência, pois os Empresários querem saber para onde estão indo as verbas doadas, por este motivo, ele sugeriu ao Conselho que haja retorno aos Doadores, através da Página ou pela Internet de que o dinheiro doado foi depositado para o Projeto, que a Entidade “X” ou ”Y” recebeu esta verba. Em seguida o consultor MAURÍCIO VIAN, fez uma breve exposição do Esboço, dos Parâmetros para a criação e funcionamento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, fez alguns esclarecimentos sobre os tópicos mais importantes e relevantes. Comentou sobre os tópicos mais importantes do esboço, e que participou no 8º Encontro do CONANDA com os Conselheiros Estaduais, do DF e das Capitais e as sugestões, que foram dadas no encontro, foram incluídas neste Esboço. Após a exposição dos temas, o Presidente solicitou ao Colegiado que fossem colocadas às dúvidas, esclarecimentos e contribuições necessárias para a conclusão do documento. A Conselheira Patrícia fez o seguinte questionamento: Qual o conceito de Doação e Destinação? O Conselheiro Helder colocou sobre a preocupação quanto à verba casada, e questionou sobre quem fiscaliza além do Ministério Público. A Conselheira Miriam citou duas preocupações: 1ª. A utilização do Fundo pelo Executivo para repasse de recurso, e se a utilização do Fundo é repassada com ou sem aprovação do Conselho? Quem faz a liberação de recurso é a Secretaria? O Dr. VELASQUEZ prestou os esclarecimentos necessários reafirmando que é necessário dar muita atenção a tudo isso que vem acontecendo, a Lei existe para beneficiar e não para ser burlada ou para se tirar vantagem e é papel do Ministério Público fiscalizar. Quanto à questão da doação a lei faculta que esses valores sejam destinados à área que a pessoa achar necessário. O papel do Conselho é prévio, deve incentivar as comunidades a buscar os recursos e formas. O Sr. MAURICIO fez as considerações finais, prestando

esclarecimentos sobre os projetos aprovados pelo Estado e Município. No dia treze de setembro de dois mil e seis, às 14:00 horas a Assembléia do CONANDA, presidida pela Conselheira CARMEN, reuniu-se na sala trezentos e quatro do Ministério da Justiça para dar continuidade aos trabalhos. O SENASP trouxe para debate e apresentação a *Pesquisa Organizacional das Delegacias Especiais de Atendimento a Criança e ao Adolescente*, apresentada pelo Dr. MARCELO DURANTE Coordenador Geral de Estatística e a Dra. CRISTINA VILANOVA, Coordenadora Geral de Ações e Prevenção de Segurança Pública. A Dra. CRISTINA informou que a realização da pesquisa deu-se em atendimento a uma solicitação da Subsecretaria de Promoção de Direitos Humanos para fazer investimentos nas Delegacias, tanto as de Proteção, quanto de Investigação de Ato Infracional. Foi feito levantamento do que existe e qual é a formação que os profissionais de Segurança Pública possuem, nas investigações feitas alguns aspectos preocuparam, por este motivo os resultados da pesquisa foi trazida para este Conselho. Existem Delegacias que possuem carceragem para Adolescente e tem somente um chuveiro quente, não tem camas e colchões e as questões como os atendimentos psicossocial - se tem contato com a família? Quais os encaminhamentos? Se há perspectiva posterior do caso do adolescente? Principalmente infrator. O SENASP tem intenção de atualizar esses dados da pesquisa, portanto é importante e necessário ouvir as sugestões deste Conselho, para atualização dos questionários. A Dra. CRISTINA informou também que já foi feita aquisição de equipamentos para essas Delegacias. O Dr. MARCELO DURANTE solicitou a contribuição deste Conselho no sentido de haver trocas entre o SENASP e o CONANDA e que este processo seja periódico. Permitindo ter um diagnóstico real da situação e auxiliando as Políticas Públicas mais centradas na realidade daquilo que está acontecendo. O que levou a construção da pesquisa é uma visão de Segurança Pública que o SENASP passou a ter a partir de 2003. Apresentou um diagnóstico de envolvimento sobre crianças e adolescentes, tanto como vítimas, quanto agressor, nas ocorrências registradas hoje pelas Polícias Cíveis no Brasil e mostrou os resultados da pesquisa e o perfil das Organizações de Segurança Pública especificamente as Delegacias. A Conselheira Elizabete teceu algumas considerações: Parabenizou o Dr. MARCELO e a Dra. CRISTINA pelo trabalho realizado; Comentou que o CONANDA tem um problema a partir do momento que ele toma ciência desses dados que são trazidos por um Órgão de credibilidade. O CONANDA terá que se pronunciar perante a sociedade e cobrar responsabilidade dos gestores e de quem está à frente dessas Políticas. A Sra. JÚLIA sugeriu ao Dr. MARCELO que o relatório da pesquisa fosse encaminhado para o CONANDA a fim de todos os conselheiros tomassem conhecimento. A Sra. SILVANA colocou que as Delegacias Especializadas e Delegados se sentem desprestigiados com ralação ao repasse de recursos para novos projetos, para construções, para reformas, equipamentos e isso é comum em todos os Estados. O Dr. MARCELO e a Dra. CRISTINA fizeram as considerações finais informando que o Relatório completo está no site: www.mj.gov.br/senasp (Estatística). O Presidente questionou sobre a posição que o CONANDA deve tomar em relação ao relatório da pesquisa apresentada e sobre qual Comissão este assunto será trabalhado e fez um ajuste na pauta do dia catorze de setembro de dois mil e seis: Das 9:00 hs. às 10:30 hs. – Reunião das Comissões e às 10:30 hs. todos na Plenária. O Sr. ALEXANDRE foi convidado para prestar informações sobre o Processo de Elaboração do Plano Nacional e Garantia do Direito da Criança e do Adolescente na Convivência Familiar. O Presidente do CONANDA teceu algum comentário sobre o trabalho que o Sr. ALEXANDRE está realizando de consolidação do resultado da consulta pública e que esta consulta foi finalizada no dia 31/07/2006. O Sr. HELDER, conselheiro do CONANDA, está acompanhando junto a Conselheiros do CNAS e Técnicos do MDS com a participação e

apoio da UNICEF a fim de que no dia 19/10/2006 aconteça uma Plenária conjunta do CONANDA e do CNAS. Foi estabelecido um acordo entre o CNAS e o CONANDA. O Colegiado deve ficar atento para as datas: 18 e 19 de Outubro, pois a Reunião deve acontecer nesses dias. O Sr. ALEXANDRE iniciou sua exposição colocando que o Processo de Consulta Pública está sendo concluído. A Consulta Pública aconteceu de 01/06 a 30/06. e houve necessidade de prorrogação, atendendo pedidos, até 31.07.2006. A consulta foi realizada através de uma versão preliminar do Plano disponibilizado na Internet, no Site do CONANDA e do CNAS, sendo expedido um ofício circular assinado conjuntamente pelos dois Conselhos Nacionais dirigido a todos os Conselhos Estaduais e Municipais das duas áreas. Para sistematização dos resultados foi criado uma Comissão de Sistematização em um acordo com o Presidente do CONANDA e do CNAS. Esta comissão é constituída pelo HELDER (do CONANDA), da VÂNIA LÚCIA (do CNAS), do ALEXANDRE e da ANA ANGÉLICA (MDS), e com apoio do ALYSSON e UNICEF. Estão sendo convidados colaboradores eventuais, devido ao teor das contribuições. Foram recebidas 228 contribuições, sendo que dessas 198 mensagens eletrônicas. São 122 contribuições com propostas, 59 com conteúdos diversos e 17 de parabenização e algumas contribuições enviadas pelo correio convencional. 12 dirigidas ao CONANDA e 18 ao CNAS. Contribuições individuais, de pessoas que estão acompanhando o processo de discussões de diversos Estados, contribuições de Órgãos e Entidades de Atendimento de Grupos, de Fóruns. Um grupo de São Paulo reuniu-se para debater, o pessoal do Ceará está trabalhando em uma campanha em relação à Criança em situação de Rua. Após, fez as considerações gerais quanto ao processo de consulta e a forma de sua realização. O processo de Consulta Pública é trabalhoso, mas é interessante por possibilitar a participação dos Municípios, a interação e integração entre o sistema de garantia de Direito de Assistente Social. Os pontos negativos deste trabalho: – falta de acesso a Internet ou dificuldade de acesso; documentos que as pessoas não conseguem abrir no site devido à falta de programas. Seria necessário ter uma equipe para atender as solicitações feitas. O prazo foi curto, muitas Prefeituras seguram os documentos, não repassam para os conselhos ou demoram a passar, a comunicação é difícil. Informou a metodologia utilizada no processo de sistematização: Fortalecimento da família - políticas que dão sustentação às famílias, a convivência ameaçada – onde se identifica alguma crise e onde há necessidade de uma interação; convivência interrompida – acolhimento institucional ou familiar; separação da criança da família e adoção. É importante à participação do judiciário é necessário que o Plano aponte estratégias de envolvimento do Poder Judiciário. Mudanças culturais, principalmente a relação de gênero. Estes são os temas relevantes e recorrentes. Na crítica mais estrutural do plano, é dar ênfase no acolhimento ao invés da promoção da conveniência familiar e a preservação do apoderamento da família. Foi através das críticas que se chegou a um consenso de sistematização para a alteração do texto, bem como para o Colegiado opinar se é isso mesmo que deve ser feito: 1- reescrever o marco situacional, pois ficou muito centrado no acolhimento institucional. Conforme pesquisa do CONANDA e IPEA. 2 - fazer um mutirão para coletar indicadores, famílias monoparentais, violência doméstica e outros aspectos que tem relação com o tema. 3 - Reescrever o marco conceitual que ficou centrado no acolhimento familiar, acolhimento institucional, familiar e adoção. 4 - Reescrever o capítulo monitoramento e avaliação. 5 - Criar estratégia de implementação. Após a deliberação do Plano, a sugestão é que se forme uma comissão intersetorial para acompanhar a constituição dos GTS previstos no Plano. A questão do Orçamento – como esse Plano vai entrar nos Orçamentos do CONANDA, da Secretaria, dos Ministérios envolvidos? O Sr. ALEXANDRE submeteu ao colegiado o cronograma: 19/09 – Discussão na Plenária do CNAS; 09/10 – Envio do texto finalizado aos

conselheiros do CONANDA e do CNAS; 10/10 a 18/10 – últimos ajustes no texto; 19/10 – Assembléia conjunta – CONANDA e CNAS. Após a exposição, o Sr. ALEXANDRE esclareceu as dúvidas do colegiado. O Presidente fez a seguinte proposta para o Conselho: convocar uma primeira reunião com os quatro Conselhos: Assistência, Saúde, Educação e o CONANDA, para deflagrar o processo, pois estes Conselhos não se envolveram. O texto será enviado para todos os conselheiros para que seja lido e devolver até o dia 16/10 para o endereço do Sr. ALEXANDRE e que o grupo envolvido no plano.possa receber o material até o dia 17/10. No dia 18/10 as Comissões de Políticas Públicas se reúnam no período da manhã com a participação do Sr. ALEXANDRE e após as Consultoras e Sistematizadoras. O Colegiado já deve ter resposta quanto à aprovação do Plano, por este motivo é fundamental fazer a leitura, para que na Assembléia conjunta de 19/10, não haja polêmica e caso alguém não receba o documento, deve ligar para o Sr. ALEXANDRE. O Presidente lembrou da mensagem circulada entre os Conselheiros(as), que na Assembléia de dezembro, foi solicitado uma audiência com o Presidente da República, para entregar este Plano. As sugestões dadas pelo Presidente foram aprovadas. O grupo que esta trabalhando o Plano “Presidente amigo da criança e do Adolescente” relatou o trabalho que está sendo feito, citando a análise dos quatro compromissos. A Conselheira PATRICIA é a responsável e está cumprindo os prazos, o texto será complementado até o dia 19/09, enviando para o GT no dia 22/09 e até o dia 27/09 o texto estará sendo fechado para a socialização com todos os Conselheiros. A partir do dia 27/09, o grupo estará aguardando as contribuições dos conselheiros e na plenária do dia 17/10, o grupo se reunirá para fechar o texto e apresentar na Plenária de outubro. O Presidente sugeriu que na Assembléia de Outubro, no dia 17/10, os trabalhos devem iniciar no período vespertino, devido à discussão do Plano Nacional com o CNAS. A pauta dia 14/09, ficou desta forma: Reuniões de Comissões e os relatos das Comissões. No dia catorze de setembro de dois mil e seis, às onze horas na sala trezentos e quatro os trabalhos foram retomados com o Presidente solicitando que a pauta do dia fosse organizada: 1) Aprovação das atas dos meses de julho e agosto; 2) Regimento; 3) Trabalho doméstico verso Piores Formas; 4) Relato das Comissões e os informes. Relato da Comissão e Legislação. A) A Conselheira JÚLIA apresentou o relato citando sobre as Demandas de Oficina e Imagem e a Agencia Uga --Uga. Sobre as Oficinas de Imagens o grupo conversou com o Sr. FERNANDO BEZERRA e foi proposto buscar mais informações, por este motivo não está pronto e o da Uga Uga foi aprovado e será encaminhado para o Presidente. B) Com relação à análise do PLS, a informação da Sra. Neide Castanha é de que tudo está pronto no Banco de Dados, com os PLS e PTS, falta receber os últimos pareceres e a UNICEF não estará contribuindo financeiramente com o Seminário, pois já contribuiu com o valor de cinquenta mil reais para consultoria. A Sra. NEIDE CASTANHA entende que a discussão sobre os gastos com a realização do Seminário deve ser retomada, urgentemente pelo CONANDA e a Subsecretária. O Presidente sugeriu falar com a CECRIA para apresentar o resultado da pesquisa e que deverá acontecer em Outubro ou Novembro. A Comissão deve verificar o procedimento necessário em relação ao Seminário, pois se não há recursos, não há como retomar a discussão, portanto deve-se fazer contato com o SECRIA, objetivando ter informação precisa, a fim de ter essas informações nas próximas duas Assembléias. C) O Presidente perguntou a Sra. JÚLIA sobre a análise do documento do Fórum sobre a solicitação feita quanto às alterações da Resolução 105 e se tinha algum parecer, pois a solicitação de análise foi feita há quase um ano. A Sra. JULIA informou que os documentos ficaram com o Sr. RENATO e a Sra. PATRICIA e que terá que recuperar estes documentos. D) A análise da ata de julho – Na página 2, linha 77, o termo “... para que o SINASE fosse implantado foi repetido duas vezes. Na página 5, linha 250, item “G” –

Oficina Aprendizagem, incluir o seguinte texto: “Foi discutido e aprovada a proposta de Coordenação das mesas de oficina e informado sobre os preparativos e encaminhamentos finais para a realização da mesma”. Na pág. 6, na linha 306, item “H” – A Conselheira Elizabete relatou os encaminhamentos propostos pela Comissão – 1ª. Fechar o Projeto ANDI, responsável - Sr. PAULO MARQUES; 2º. Verificar a possibilidade de uma Assessoria de comunicação permanente e específica para o CONANDA, responsável – Sr. FERNANDO; 3º. Verificar com a Assessoria de Comunicação da SEDH se existe outro instrumento viável para se fazer à contratação para o Plano de Comunicação do CONANDA, responsável – Sr. AMARILDO; 4º. Na revisão do Regimento Interno prever a Comunicação como uma política do CONANDA, definindo a necessidade de uma Assessoria Permanente. Na pág. 7, linha 336, acrescentar após a palavra exercício o informe da Secretaria de que não há recursos disponíveis para a realização do Seminário. O Conselheiro AMARILDO informou que não há recursos disponíveis para a realização do referido Seminário. Ata de julho aprovado com as alterações a serem feitas. II) Análise da ata do mês de agosto. A Conselheira JÚLIA colocou uma observação na pág. 2, linha 58, o nome do Presidente da República – LUIS INÁCIO LULA DA SILVA. Ata do mês de agosto, aprovada pelo Conselho. III) A Conselheira MARIA IZABEL fez a exposição do tema Trabalho Doméstico verso Piores Formas. Retornando a plenária às 13:50 horas, o Presidente sugeriu uma rodada de informes: a) A Conselheira MARTA, citou que, na ata do mês de julho, na Comissão de Legislação e Regulamentação havia um item chamado de nota Técnica CHUPIN da Rádio Metropolitana de São Paulo e a linguagem usada era depreciativa, pejorativa, obscena e discriminatória e na ocasião da Assembléia de julho foi aprovado encaminhar: um ofício ao Ministério Público de São Paulo a fim de fossem adotadas medidas cabíveis e no dia de hoje, chegou o resultado positivo da ação, da atitude do Ministério Público. b) A Conselheira MARILENE falou sobre a página do CONANDA e da importância de divulgar irregularidades. c) O Presidente comunicou que o Sr. TARCÍSIO, que foi do SPDCA e está no Ministério da Justiça, entregou um documento sobre a multa que o SBT pagará, no valor de cem mil, por cada programa fora do horário. Esse valor será depositado no Fundo Nacional para a Criança e Adolescente, sugerindo que estes informes fossem colocados na página do CONANDA. d) A Conselheira LODI informou que no dia 31/08 a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou por unanimidade, o PL transformando o vinho em alimento o que está gerando polêmica e talvez venha ser exigido uma posição do CONANDA, o Presidente mencionou sua preocupação e solicitou que a Sra. LODI verificasse essas informações e passasse eletronicamente para o CONANDA. e) A Conselheira MIRIAM informou que o Tribunal de Contas da União está promovendo três Seminários Regionais e os temas serão: 1) Controle de Recurso; 2) Repasse de Recurso Federal; e 3) Convênio e licitação. f) A Conselheira Elizabete informou que o Conselho Federal de Serviço Social emitiu uma resolução sobre as condições Éticas e Técnicas do Trabalho Profissional do Assistente Social em todas as Instituições. g) A Conselheira Marilene informou da parceria com a com a Fio Cruz para a realização da capacitação à distância, o convênio está bem adiantado e foi apresentada a proposta da Formação (custos / formação à distância/ kits de materiais, etc). Os custos estão orçados em dois milhões e pouco. O Presidente sugeriu que fosse feito um informe escrito e circulasse eletronicamente. h) O Presidente solicitou uma atenção especial quanto ao que foi tratado na FONACRIAD que foi em Porto Alegre no ano passado, onde o Presidente do Conselho Estadual, o Sr. RAUL, pediu que fosse visto a possibilidade da construção de um Fórum Nacional de Conselhos Estaduais da Criança e do Adolescente, ficando de verificar com o Conselheiro de Minas Gerais, o Sr. JOÃO BATISTA, para articular esse processo. Nesse 8º Encontro de Conselhos Estaduais das

Capitais e os Conselhos Tutelares houve uma movimentação dos Conselhos das Capitais de criar o Fórum e convidar o Presidente do CONANDA para conversar sobre esse assunto. O Presidente fez a seguinte observação: “se vai criar esse movimento, vocês devem conversar com os Conselhos de Direito, Conselhos Estaduais para verificar como organizar isso”. E eles organizaram no dia 13/09, uma teleconferência para debater a construção desse Fórum, a realização de Encontro Presencial e já tem data, um regimento e a idéia que esta sendo costurada será sistematizado e hoje será circulada eletronicamente. A realização está prevista para os dias 28, 29 e 30/11/2006, O Encontro será em São Paulo com os Conselhos Estaduais e Conselhos das Capitais, com a participação de dois conselheiros dos Conselhos Estaduais e dois das Capitais, um do Governo e um da Sociedade Civil; a despesa com deslocamento é por conta de cada Conselho e São Paulo estaria disponibilizando hospedagem, alimentação e local do Encontro. A idéia é criar um fluxo de informação, de articulação permanente dos Conselhos Estaduais nesse primeiro momento dos Conselhos das Capitais. i) O Conselheiro CLAUDIO fez o relato da audiência com a Receita Federal, a reunião foi realizada com o Secretário e Subsecretário e um Técnico do Gabinete da Receita, o objetivo foi debater os Entraves do Projeto 1300 colocados pelo governo. Não houve acesso devido ao documento ser interno da Receita. A Receita tem uma posição contrária, subsidiando a ação do Governo no Parlamento contra o Projeto como um todo. O Secretário deixou claro para o grupo, que enquanto Receita não pode participar da campanha e não há como se envolver. O Presidente solicitou uma reunião com ele ou com quem ele delegasse na Receita para esclarecimentos desse impedimento técnico. Há necessidade de tratar estas idéias com quem entende tecnicamente, principalmente desse posicionamento interno da Receita e conseqüentemente se faz necessário ter uma assessoria. Após este relato, o Presidente se manifestou registrando a sua opinião. 1) A idéia não é debater e sim conversar com o UNIFISCO para fazer esse relato e verificar quais as recomendações. 2) O CONANDA ir a uma audiência com o Secretário da Receita Federal, o CONANDA e não o Presidente. IV) Relato da Comissão de Articulação e Comunicação – O Conselheiro NAPOLEÃO colocou que a Comissão tinha como pauta a 7ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança para tratar do calendário e tema do plano de Comunicação do CONANDA com o ANDI e discussões sobre o Conselho Tutelar; Resolução sobre a FIA e Encontro de Conselheiros Tutelares. 1) Resoluções sobre a FIA – A Comissão não está propondo alterações imediatas, pois o texto deve ser exposto a todos e propôs um cronograma: 10/10/06 adequar texto e socializar com o CONANDA, está a cargo do MAURICIO VIAN. 3) Na plenária de outubro fazer a apreciação, apresentação e aprovação do texto preliminar. 4) Em novembro e dezembro, consulta direcionada ao Tribunal de Contas, Ministério Público, Ministro da Fazenda, Conselhos e Gestores Municipais e Consulta Pública na INTERLEGIS e lançamento dia 07/11/06. 5) Janeiro/2007, sistematização. 6) Fevereiro/2007, Plenária para aprovação. 7) A Secretaria do SPDCA fica responsável pelos encaminhamentos, enviando ofícios, convites para a manifestação do Tribunal de Contas, Ministério Público, Ministério da Fazenda e alimentar a página e agendar a INTERLEGIS. O Conselheiro JOSÉ EDUARDO sugeriu em relação aos encaminhamentos duas coisas: 1) Ouvir diretamente as Organizações representativas dos empresários e participar no debate da INTERLEGIS. 2) Quando se agendar a INTERLEGIS, fazer por intermédio de um gabinete com a finalidade de garantir a mesma data. O Presidente colocou então que a data 07/11 seja uma data indicativa, e o CONANDA deve organizar-se levando em conta as considerações feitas. Quanto a VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Esse assunto entrou na pauta para definição de tema, local e data. Foi observado que os anais da última conferência ainda não foram enviados e então não foi feito um monitoramento dos

consultados, fator importante para a realização da próxima. Vários assuntos foram sugeridos como tema, porém foi escolhido pela Comissão: “A luta dos Direitos Humanos em contraponto com a barbarização promovida pela Capital”. Foram sugeridos diversos locais para a realização e se optou pelo Centro de Convenções, agendando as datas: 17, 18 e 19 de dezembro de 2007. A participação do adolescente deve ser priorizada e foi informado que já há R\$ 1.000.000,00 de recurso, para realização desta conferência, disponibilizado no orçamento. A Conselheira ELIZABETE após tecer comentários sobre o tema escolhido para a VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, conclui o seguinte: 1) Refletir sobre o caráter da Conferência e transformá-la em caráter deliberativo e não só em caráter construtivo e se a conferência for somente para monitorar agendas tiradas, precisaria ser de 3 em 3 anos, objetivando poder implantar esta agenda. 2) Se a conferência for de caráter mobilizador, não poderia deixar de 2 em 2 anos. 3) A Comissão concluiu que a Plenária deve discutir sobre isso em algum momento e se for o caso de mexer no caráter que a conferência tem. 4) Para pensar o tema, a Comissão trabalhou com uma perspectiva mais em médio prazo, imaginando que a conferência vai acontecer no final de 2007 e é difícil encontrar um tema com muita antecedência. 5) A Comissão trabalhou com a seguinte lógica: Ter uma análise mais prospectiva do momento que está se vivendo no mundo e no Brasil. Que significa uma coisa mais de médio prazo, com a finalidade de inserir o temário da conferência nesses processos e não algo muito factual de hoje. A Comissão fez uma breve análise de conjuntura para poder refletir este tema proposto e esta aberta para receber contribuições dos Conselheiros. Após o relato da Conselheira ELIZABETE, o Presidente do CONANDA, lembrou que no mês de agosto foram acrescentadas duas questões para os Conselhos Estaduais e das Capitais sobre as conferências, para que na definição do tema, do significado da conferência no próximo ano, pudesse haver um diálogo em função das questões propostas. O CONANDA não obteve retorno. O Conselheiro JOSÉ EDUARDO sugeriu que a Conferência fosse adiada para o 1º trimestre de 2008, sendo que o Presidente do CONANDA, lembrou que não seria possível, devido ao Regimento que é obrigatório à realização da conferência a cada dois anos e não é possível colocar em discussão. Para atender a sugestão do Conselheiro JOSÉ EDUARDO, o Regimento teria que ser mudado. O Conselheiro ANTONIO sugeriu que as outras Conferências Temáticas façam alterações de data e nesta conferência em pauta, deve-se manter a data e o local e se o Regimento for mudado o Colegiado volta a debater sobre este assunto. O Conselheiro Helder foi favorável a manter a data e o local. A Conselheira Tereza sugeriu que se refletisse sobre a sugestão do Conselheiro José Eduardo, pois é uma proposta interessante. A Sra. JAQUELINE expôs sobre a dificuldade de fazer eventos de grande porte em Brasília-DF, é que só existe o Centro de Convenções que comporta um grande número de pessoas e sugeriu que a Conferência de 2009 já fosse pré-agendada. A Conselheira JULIA colocou a dificuldade da realização das Conferências acontecerem no início do ano em razão de que o Orçamento do Governo Federal só ser liberado no mês de maio. O Presidente do CONANDA colocou dois lembretes: A proposta do Sr. ANTONIO faz sentido e tem haver com a sugestão do JOSÉ EDUARDO, se o Regimento for mudado, pode-se voltar a discutir quanto à data. Deve-se garantir a data no Centro de Convenções que é o local mais adequado para a realização do Evento. j) A Sra. JAQUELINE informou que nos próximos vinte dias no máximo, os ANAIS serão distribuídos, houve um problema com relação à logomarca, por este motivo atrasou a entrega. Após os debates e informes o Conselheiro NAPOLEÃO deu continuidade no relato de sua Comissão. Plano de Comunicação do CONANDA – Está sujeito à aprovação do projeto, verificar o projeto com a ANDI e já houve uma captação de R\$ 900.000,00, conseqüentemente é necessário celebrar o convênio urgente. Quanto ao SITE do

CONANDA há solicitação de disponibilização do domínio da ferramenta à Secretaria SPDCA e o CONANDA fica com a responsabilidade de executar a alimentação com o grupo formado pela JAQUELINE, CÉLIA e JOUSIVAN e um estagiário de comunicação. Quanto à dificuldade de que vai ou não constar na página emergencialmente até dezembro fica a cargo do Presidente do Conselho FERNANDO (atas, pautas, visitas, etc). Na reunião do regimento interno é previsto à comunicação como uma política do CONANDA, deferindo uma Assessoria Permanente. O Presidente solicitou que a Secretaria verificasse se o Projeto da ANDI foi adequado ao debate e a Sra. EDNA colocou que o Projeto está quase fechado e está sendo solicitado deles a documentação e os problemas que surgiram já foram sanados. Acredita-se que no espaço de 20 dias esta situação esteja concluída. A Conselheira JOISIANE questionou se há um limite de tempo para que a Comissão possa organizar os trabalhos. O Conselheiro HELDER perguntou se essa conclusão significa estar assinado, disponibilizado os recursos para que o Projeto possa ser executado e isso precisa ser definido, pois a ANDI se disponibilizou a fazer o Plano de Comunicação se os recursos estiverem disponíveis para que eles possam executar o Projeto. A Conselheira JÔ solicitou a palavra e fez as colocações: Em uma das reuniões passadas, tinha em pressuposto para a elaboração do plano de comunicação, que era ser feito um levantamento de tudo que até a data de hoje o CONANDA já fez em nível de comunicação para que pudesse ser feito um processo avaliativo, no sentido de: O que deu certo e não deu certo, objetivando ter propostas para o plano que será montado em conjunto com a ANDI. A Proposta desta Comissão é que a Secretaria fizesse um levantamento, pois na época houve uma proposta e alguém tinha assumido fazer isto. A Vice Presidente do CONANDA expôs o seu ponto de vista: colocou ter conhecimento do conteúdo desse Plano de trabalho para esse futuro convênio com a ANDI, mas imagina que se uma Instituição se propõe a fazer um Plano de Comunicação, tem que partir de um diagnóstico e esse diagnóstico tem de fazer parte do seu plano de trabalho. O Conselheiro HELDER colocou que o Projeto da ANDI foi discutido e aprovado, sendo que estava faltando apenas o acerto mais burocrático para que se pudesse executar, e a equipe está nesse processo há sei ou oito meses, porém, para que se possa elaborar e executar o Plano de Comunicação é necessário à aprovação e assinatura do termo do Convênio e repasse do recurso. l) Quanto ao Projeto do semi-árido, houve a captação de recursos. De R\$ 900,000,00, depois mais R\$ 100.000,00 e isto já está na conta do Fundo há muito tempo e a equipe se encontra impossibilitada, pois o ano vai acabar e não se deu nenhum passo para que o Plano seja celebrado. O Presidente do CONANDA solicitou que se fizesse esforços e verificasse quais são os impedimentos. m) O tema exposto pela CAC foi: 4) Encontro Nacional de Conselhos Tutelares – A Comissão está aguardando do Sr. ALBERTO da Secretaria, o Projeto para avaliação e emissão do parecer. 5) Discussão sobre Conselho Tutelar, com encaminhamentos possíveis. n) A Conselheira JULIA solicitou esclarecimento sobre: Formar Comissão pra sistematizar com respaldo do Conselho Tutelar. o) O Conselheiro JOSÉ EDUARDO fez referência ao texto do Sr. VANDERLINO, que não foi entregue. O Conselheiro HELDER esclareceu que o Professor VANDERLINO foi convidado para contribuir com a Comissão na discussão de natureza jurídica dos Conselhos Tutelares. A Comissão propõe que até o dia 10/10, o Prof. VANDERLINO entregue este documento para a CAC a fim de extrair os princípios que não podem ser alterados, considerando o que deu origem a Constituição dos Conselhos Tutelar e depois disponibilizaria para os Conselheiros. A partir deste documento pensar em uma campanha de esclarecimento, para atingir todos os Conselhos Tutelares no Brasil. O Presidente do CONANDA entrevistou na fala do Sr. HELDER, dizendo que o 1º passo é fechar o documento com o Professor VANDERLINO. Os passos estão corretos, as questões são as datas. O Presidente questiona o Sr. HELDER quando que planeja

deliberar? Sendo que o Conselheiro HELDER afirma que o documento será circulado entre os conselheiros em outubro e estará para discussão na Plenária de outubro. A Comissão trabalhou nas seguintes perspectivas: 1ª) O Tema Conselhos Tutelares é o tema que o CONANDA começou a trabalhar e não era sem tempo e eles por conta própria impuseram todas as dificuldades e anseios encontrados nos seus trabalhos. O CONANDA chamou o Professor VANDERLINO para fazer um resgate da gênese histórica dos Conselhos tutelares e do seu desvirtuamento ao longo do tempo e essa foi a análise trazida pelo mesmo para a Comissão. A Partir do resgate, deve-se pensar no que fazer. Na fala do Professor há uma confusão quanto à natureza jurídica dos Conselhos Tutelares. O CONANDA vai trabalhar estes aspectos? O CONANDA vai propor medidas legislativas para melhorar a discussão da natureza? Quanto aos prazos, datas, isso tudo pode ser adequado, tudo isso foi dimensionado num tempo possível, que poderá ser alterado. O texto estará sendo amadurecido internamente e a proposta de conclusão seria em maio/2007. É um tempo razoável e o texto só iria para discussão em maio/2007. A Sra. BEL se posicionou quanto ao assunto argumentando o seguinte: Não há discordância das estratégias/metras, as preocupações são os prazos. Então até o dia 10/10, o texto precisa estar circulando no CONANDA para que na Assembléia de outubro o calendário seja definido. Após as considerações feitas pelos Conselheiros e pelo Presidente do CONANDA o assunto, exposto, foi aprovado. IV) Relato das Comissões de Políticas Públicas – A Conselheira MIRIAM iniciou o relato da Comissão abordando a questão da Criança Indígena. e os encaminhamentos que foram feitos quanto ao recebimento da carta das mães indígenas denunciando a violação dos direitos das crianças em São Gabriel da Cachoeira – AM. A Comissão sugere que a reunião seja feita com os titulares da pasta, devido às denúncias serem antigas e o CONANDA ter enviado vários ofícios para os Conselhos Estaduais e Municipais, Ministério Público Federal e Estadual, solicitando providências em relação a essas mães. Ainda não houve respostas. Fiscalização da J.J.J nas aldeias SOS de Brasília-DF. O CONANDA recebeu das aldeias SOS um ofício relatando sobre a fiscalização da justiça da infância na instituição e os encaminhamentos estão no relatório desta Comissão apresentado na Plenária. A Conselheira TEREZA colocou que as medias encaminhadas pelo Presidente são perfeitas, mas é necessário dar um feedback sobre a denúncia recebida do DF. A Conselheira ELIZABETE solicitou que os dados informados pelo SENASP sejam atualizados imediatamente para se ter à confirmação da informação colhida em 2002 e tendo a confirmação se as condições de violação permanecem ou tenham se agravado, o CONANDA deve se manifestar enviando ofícios para as Secretarias de Segurança Pública de cada Estados onde estão ocorrendo as infrações. V) Quanto ao Regimento Interno a Comissão solicitou um prazo para trazer propostas na próxima plenária. VI) Quanto ao FONACRIAD – CFP e OAB, a Comissão discutiu sobre o tema, visto que o mesmo envolve este Conselho pela abordagem sobre os Direitos Humanos e a violação dos Direitos dos Adolescentes, privados de liberdade. A Comissão achou pertinente que esse assunto fosse discutido em plenário. O Conselheiro HELDER manifestou de que Colocação de restringir a questão dos profissionais é adequada, pois vários relatos foram trazidos para o CONANDA da situação dos adolescentes privados de liberdade e esta questão não pode deixar de ser discutida. A Conselheira SILVANA colocou que o FONACRIAD concordou com o encaminhamento feito pela Plenária. Há duas questões que o FONACRIAD pontua: 1) A Questão do conteúdo – Medidas sócio educativas e aí tem uma situação que precisa ser aprofundada e não dá para discutir apenas numa visita. Sendo que as medidas sócias educativas precisam de um espaço de tempo para que haja um aprofundamento, principalmente em ralação ao SINASE. E a Comissão se propõe trazer um relato bem detalhado da situação de cada

Estado. Após debates com o Colegiado, Após ouvir as opiniões dos Conselheiros, o Presidente do CONANDA solicitou que houvesse uma definição sobre este tema e a natureza do debate e que os Conselheiros JOSÉ EDUARDO, SILVANA, CLAUDIO.E HELDER se posicionassem para se fazer os encaminhamentos necessários. O Conselheiro JOSÉ EDUARDO se posicionou que o foco da discussão não é o que abrange o exercício da profissão, portanto não é foco de discussão do CONANDA. É uma ação de natureza de defesa dos Direitos Humanos. Portanto este ponto não deve entrar em pauta de discussão do CONANDA e propôs tirar o 3º ponto – CFP e OAB. O tema a ser debatido é o que está no relatório. A Conselheira SILVANA sugeriu que os dois temas devem ir para debate, pois se é em caráter de denúncia, os gestores deveriam ter sido ouvido e propõe que isto deve ir para a plenária. O Conselheiro HELDER defende que o tema sócio educativo de privação de liberdade venha para ser discutido nesta plenária. O Presidente do CONANDA fez a seguinte proposta: 1ª proposta da comissão e a Conselheira SILVANA fizeram a defesa dessa proposta. 2ª proposta: o Conselheiro JOSÉ EDUARDO propôs ampliar o debate, retirando o item 3. partindo dessas duas propostas o Presidente do CONANDA colocou em votação: Proposta 1 – Debate da Comissão. Proposta 2 – debate amplo, agregando o diagnóstico que o SPDCA concluiu sobre a internação no Brasil, exceto o item 3. A Proposta 1, teve 6 votos e a proposta 2, teve 15 votos e houve 3 abstenções. Concluiu-se que o debate será o da proposta 2. VI) Seminário QUILOMBINHO - O Presidente do CONANDA sugeriu que o Seminário Quilombinho fosse próximo a Assembléia do CONANDA que será nos dias 13 e 14 de dezembro. A Comissão aprovou a mudança dos dias, ficando distribuído assim: 10/12 – início do seminário à noite. 11 e 12/12 o dia todo. O Presidente do CONANDA solicitou a Conselheira CRISTINA fizesse a consulta quanto à mudança das datas. VII) OFICINA APRENDIZ – Foi relatado pela Conselheira ELIZABETE, colocando o resultado final da Oficina do Aprendiz que foi remetido para os Conselheiros para opinarem sobre o formato. A Comissão concordou com o formato e decidiu que esse seja o relatório final. Foi feito o debate do roteiro para elaboração final da Oficina. Quanto ao encaminhamento da Oficina aprendiz – a 1ª página aborda questões que exigem e que foram propostas alterações: de Legislação, Do Decreto e alteração na minuta que regulamenta o art. 8º e 32 e na 2ª página são abordados os outros encaminhamentos. São sete propostas de encaminhamento e como elas serão encaminhadas. Quando o relatório final for enviado, se ficar acordado nesta plenária, a Comissão já estará convidando para essa reunião, solicitando que esses Órgãos verifiquem os resultados e tragam sugestões e as propostas que deverão ser encaminhadas em conjunto. O Presidente fez uma ponderação quanto à data, solicitando uma flexibilidade na data: 16/10 ou 17/10/2006. O relatório de Políticas Públicas foi concluído e aprovado. VIII) Relato da Comissão de Orçamento – O relator desta Comissão colocou o seguinte: 1) Situação dos convênios aprovados em Manaus/AM, 2) Do estudo feito por esta Comissão, da necessidade de ter um material de facilidade entendimento, com uma linguagem clara e a Secretaria se propôs a fazê-lo. A Vice Presidente, Sra. CARMEM fez apresentação da primeira planilha, mais detalhada da situação dos Convênios, colocando também sobre uma pasta pública que todos os Conselheiros terão acesso. Relatou sobre a criação do quadro resumo, dando a devida explicação sobre o mesmo e que os conselheiros estarão recebendo via e-mail, a planilha completa, a fim de que o colegiado possa estar examinando convênio por convênio, dos 117 que foram aprovados no plenário no mês de maio/2006. A Comissão apresentará na próxima plenária outra planilha que retrata a evolução da execução orçamentária. A Comissão está buscando fechar o ano com a máxima execução orçamentária para os dois orçamentos gerenciados. Esta Comissão está contando com a colaboração do Funcionário FRANCISCO e está sob a responsabilidade

dele o monitoramento dos convênios, podendo ser procurado pelos membros deste colegiado. Na Planilha apresentada estão os recursos da Secretária e do FIA. Na Plenária de outubro/06, a Secretaria apresentará a planilha detalhada dos novos projetos. A relação dos Projetos cancelados das Instituições está na planilha completa Quanto aos projetos que precisam de deliberações: 1) Conselho Tutelar, a data do congresso será renegociada devido a questões administrativas. A proposta de que o Congresso seja realizado em março/2007. 2) Quanto ao IV Encontro Nacional de Educação Social, após análise dos recursos, o projeto foi aprovado com o valor de R\$ 213.466,60. 3) Quanto ao Projeto aprovado - violência armada do Rio de Janeiro-RJ - a Sra. MARCIA do SPDCA enviará os dois projetos com as alterações discutidas na Comissão. 4) O Conselho Federal de Psicologia, por meio da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, apresentou uma proposta sobre o Encontro Nacional de Profissionais de Psicologia com foco no SINASE. Foi debatida na plenária e chegou a conclusão que o CONANDA não estará dando apoio a este projeto, pois se entende que o CFP é uma Organização de cunho profissional e possui recurso para bancar este encontro, mesmo que o foco seja o SINASE. 5) Quanto ao Balanço da Execução Orçamentária – 1995 a 2006 – CONANDA/FIA/SPDCA e Secretária dos Direitos Humanos serão apresentadas na Plenária de outubro/2006. 6) Orçamento de 2007 da Secretaria, as planilhas com as propostas orçamentárias, estão na pasta e também será apresentada na Plenária de outubro/2006 o Planejamento Estratégico de 2007 da Secretária. O Presidente do CONANDA retomou os pontos pendentes da Comissão de Articulação: A) Plano Nacional, SINASE e debate com o Professor WANDERLINO, a Vice Presidente do CONANDO deverá agendar uma reunião com o Fórum para tratar essas questões: Prazos, implicações de realizações e que já apresente a proposta do CONANDA: Plano Nacional de Convivência e Comunitária, SINASE e debate sobre funcionamento, atribuições, parâmetros do Conselho Tutelar. Estes temas devem compor a programação da Plenária de outubro/2006. O Presidente do CONANDA aguarda a posição da Vice Presidente quanto às solicitações feitas. Deliberações finais e últimos informes. A) Regimento Interno – Plenária de outubro/2006. B) Organização de Escola de Gente, Comunicação e Inclusão – Convite para os Conselheiros do CONANDA para participarem de uma oficina no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 22 e 23 /10/2006. As informações serão repassadas por e-mail, sendo que a inscrição deverá ser feita através do CONANDA. C) No dia 12/10/2006, a CUT estará realizando mais uma CUT Cidadã Criança. D) A próxima Assembléia acontecerá no dias 17,18 e 19 de outubro/2006. Quem tiver contribuições, apresentar de 18 a 22 de setembro de 2006. E) O Conselheiro HELDER informou que está participando da Organização Pró-Mundo e está com dificuldade de acompanhar este trabalho, solicitou a substituição por outro Conselheiro para dar continuidade ao mesmo. Não tendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente – JOSÉ FERNANDO DA SILVA, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta Ata após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do CONANDA.

JOSÉ FERNANDO DA SILVA
Presidente do CONANDA